

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EQUERIMENTO Nº _____ /2022

(Do Sr. IVAN VALENTE)

Requer a realização de Audiência Pública para ouvir o Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para falar sobre interferências praticadas no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realização de Audiência Pública com o Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para falar sobre interferências praticadas no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

JUSTIFICATIVA

Conforme divulgado pelo veículo de imprensa Estadão¹, o presidente Jair Bolsonaro, nomeou o advogado Daniel Meirelles Fernandes Pereira para a Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde. Sendo assim, ele substituirá Rodrigo Otávio Moreira da Cruz, que estava na função desde 2021, quando sucedeu o coronel Élcio Franco, em meio a polêmicas na aquisição de vacinas contra covid.

¹ <https://politica.estadao.com.br/blogs/politica-e-saude/anvisa-centrao-interferencia-cristiane-joubran-diretora/>



Cumpre destacar que o advogado Daniel Meirelles Fernandes Pereira, era assessor especial do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, com passagem pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, que estava prestes a assumir uma vaga de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Após sabatina, chegou a ser aprovado pelo plenário do Senado Federal, para ocupar o cargo na Anvisa.

Ainda conforme imprensa, a indicação de Daniel Pereira vinha sendo questionada pela médica e advogada Cristiane Jourdan, uma das diretoras da agência, que atualmente encontra-se no mesmo cargo que seria ocupado por Daniel Pereira.

Em conversa com o Blog Política & Saúde², a advogada Cristiane Jourdan levanta a acusação de que o recém-nomeado secretário-executivo de ter conduzido, em benefício próprio, processo interno no Ministério da Saúde.

Cristiane Jourdan, foi indicada para a Anvisa na gestão do ex-ministro Pazuello e seus relatos colocam em evidência decisões de competência da Anvisa, relacionadas ao cigarro eletrônico, aos agrotóxicos e à importação de vacinas contra covid. “Fico assustada como as coisas acontecem lá dentro. Existe uma influência enorme das indústrias, uma influência enorme do Congresso”, diz.

Destacamos a seguir, trechos da entrevista realizada com Cristiane Jourdan pelo Blog Política & Saúde, que colocam em evidência pontos relevantes a serem observados:

Blog Política & Saúde: Nomeado agora para a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, Daniel Pereira havia sido indicado pelo presidente Bolsonaro e aprovado pelo Senado para uma diretoria da Anvisa na mesma vaga que a senhora hoje ocupa. O que achou da reviravolta, da nomeação de Pereira para o cargo?

Cristiane Jourdan: A gente teve uma nomeação (de Daniel Pereira, para a Anvisa) antecipada, num processo de indicação e sabatina também antecipado, com algumas irregularidades, um processo viciado. Essa recente nomeação para secretário-executivo pode ser uma alternativa, um consolo, caso eu permaneça na vaga. Tive uma conversa em março com Daniel, solicitei a ele uma agenda, para que pudéssemos conversar com a consultoria jurídica no Ministério da

² <https://politica.estadao.com.br/blogs/politica-e-saude/anvisa-centrao-interferencia-cristiane-joubran-diretora/>



Saúde, pois a AGU da Anvisa tem parecer a favor da continuidade do meu mandato.

Blog Política & Saúde: A senhora encaminhou à Casa Civil o pedido de retificação, com parecer jurídico da Procuradoria Federal junto à Anvisa, favorável à continuidade do mandato da senhora, contestando, portanto, o término agora em julho de 2022. Por que o assunto vinha sendo tratado pelo Ministério da Saúde e não pela Casa Civil?

Cristiane Jourdan: A Casa Civil incorreu num grande erro, numa grande ilegalidade. Deixou de aplicar o artigo de transição da Lei Geral das Agências Reguladoras, de 2019. O decreto da minha nomeação precisa ser retificado para que se assegure meu mandato efetivo, já que o iniciei após a vigência da lei. Meu mandato é de cinco anos, eu não poderia cumprir um mandato de três anos, encerrando agora. Solicitei essa retificação na casa Civil. O mais estranho e surpreendente para mim é que a Casa Civil encaminhou ao Ministério da Saúde esse pleito, à consultoria jurídica da saúde. O que eu entendo que já é um erro, pois eu estou pedindo à Casa Civil, que é responsável pelo ato administrativo, pelo decreto de minha nomeação assinado pelo presidente da República. Se não reverem, tenho direito de ir à Justiça, eu vou judicializar.

Blog Política & Saúde: Há dois pareceres opostos, o do Ministério da Saúde, pelo fim imediato do mandato da senhora, e o da AGU junto à Anvisa, a favor dos cinco anos de mandato. Por que o do ministério prevaleceu?

Cristiane Jourdan: O detalhe mais estranho, quem estava conduzindo esse processo da consultoria jurídica do Ministério da Saúde foi o Daniel, assessor do ministro Queiroga, que foi indicado e nomeado para minha vaga. Minha reunião com Daniel se deu em março. Além de ele não ter chamado o consultor jurídico para a conversa, ele disse que achava que “o Direito tem várias interpretações”, que o parecer do Ministério poderia ser diferente da AGU da Anvisa. Só demonstra uma ação que corrobora os sucessivos atos de irregularidade, de ilegalidade.

Blog Política & Saúde: Mais alguém, além do próprio Daniel Pereira e da consultoria jurídica do Ministério da Saúde, defendeu a abreviação do mandato da senhora?

Cristiane Jourdan: Em fevereiro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, encaminhou ao ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, o ofício de um senador Lucas Barreto, que eu sei que é amigo de um dos diretores da Anvisa. Ofício pedindo que meu pleito não fosse acatado, de que não fosse respeitado meu mandato de cinco anos. Eu soube que quem decidiu o meu caso e mais 23 casos, incluindo, entre eles, o Daniel (na nomeação para a Anvisa), foi um grupo composto pelo general Braga Netto, pelo general Ramos, pelo Ciro Nogueira e pelo Arthur Lira. Tanto que o Daniel foi imediatamente sabatinado, embora tenha sido uma sabatina completamente atípica, pois os senadores não fizeram perguntas. E ele foi nomeado sem a minha vacância acontecer.

Blog Política & Saúde: Além do suposto interesse imediato em nomear Daniel para sua vaga, a quem mais interessaria o fim do mandato da senhora?



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ivan Valente

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221219188700>

LexEdit
* CD221219188700*

Cristiane Jourdan: *Eu tenho algumas decisões que não agradam, que destoam um pouco. Neste momento existem muitas relatorias importantes na Anvisa. A mais importante que eu tenho agora nos próximos dias é com relação ao DEF (Dispositivo Eletrônico de Fumar).*

Blog Política & Saúde: Embora a senhora já tenha se manifestado que cigarros eletrônicos não têm segurança comprovada, houve uma recente prorrogação, assinada pela sua diretoria na Anvisa, adiando por 30 dias a definição sobre a proibição ou não do DEF.

Cristiane Jourdan: *Se eu não tivesse prorrogado, eles (diretores da Anvisa) iriam pedir a prorrogação, e não voltaria para mim. Eu já sei que vou ser voto vencido, como eu criei todo um constrangimento em torno do tema, porque as evidências (dos malefícios do cigarro eletrônico) são enormes.*

Blog Política & Saúde: Pareceres da própria área de toxicologia da Anvisa destacam evidências de que o carbendazim, um dos agrotóxicos mais usados no Brasil (porém banido em muitos países), traz riscos à saúde, pode causar câncer e afetar o desenvolvimento. Como vê o recente adiamento, pela Anvisa, da decisão final de banir ou liberar esse fungicida?

Cristiane Jourdan: *Já tinha evidências suficientes de malefícios do carbendazim no organismo humano e animal. Os diretores da Anvisa, Alex Campos e Marluze Freitas, interromperam a sessão colegiada, pediram vistas. Eles pediram diligência pro Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e uma Tomada Pública de Subsídio. Não é competência do Mapa, que já tinha tido oportunidade de se manifestar. A avaliação toxicológica depende só da Anvisa. O que está sendo argumentado pelos diretores é para postergação, para protelar o processo. Isso significa que toda a indústria que utiliza o carbendazim vai continuar comercializando, sem nenhum tipo de proibição.*

Blog Política & Saúde: No ano passado, o voto da senhora foi o único, entre os diretores da Anvisa, contrário à importação emergencial das vacinas Covaxin e Sputnik. Embora não tenha ocorrido a importação, essa aprovação não foi controversa, até considerando os desvios, revelados pela CPI da Covid, nas negociações desses imunizantes?

Cristiane Jourdan: *Talvez tenha sido a primeira manifestação que eu tenha criado um descontentamento, internamente, na Anvisa. Eu não aprovei (a importação excepcional), mas a Covaxin e a Sputnik foram aprovadas com mais de 20 condicionantes. Teve influência política? Com certeza. A Covaxin, por parte do governo e a Sputnik, por parte do consórcio Nordeste. Embora eu tenha sido vencida, por quatro votos a um, foi muito forte meu voto. Fui retaliada logo em seguida. Pressão inclusive em cima de mim. Eu sou quase como uma alienígena.*

Blog Política & Saúde: Houve perda da qualidade técnica do trabalho da Anvisa?

Cristiane Jourdan: *É surreal o que acontece na Anvisa. Essas decisões são feitas de uma maneira, as argumentações, às vezes elas são feitas só por constar. A gente vê que as decisões, quando elas não podem ser mitigadas, elas são retiradas de pauta, retira um ano e não volta, nunca mais aparece. Fico assustada, como as*



coisas acontecem lá dentro. Existe uma influência enorme das indústrias, uma influência enorme do Congresso. E vocês entendem o que eu estou falando.

.....(Grifamos)

Oportunamente destaca-se que Blog Política & Saúde, procurou a Direção da ANVISA, que não se pronunciou até o momento em que foi publicado a entrevista.

Em ocasião, ao ser procurado, o Ministério da Saúde, pronunciou-se por meio de nota:

“O processo sobre a definição do secretário-executivo Daniel Pereira para diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi debatido no âmbito da sabatina realizada de forma constitucional pelo Senado Federal. Toda a análise jurídica foi realizada, respeitando os critérios legais, pela consultoria jurídica da Advocacia Geral da União (AGU) junto ao Ministério da Saúde, não havendo qualquer participação do então assessor especial Daniel Pereira.”³

Extrai-se em da nota apresentada uma negativa de participação de Daniel Pereira da análise jurídica sobre o mandato da diretora, destacando que todos os “critérios legais” foram respeitados. Ademais, firma a pasta que a Definição do nome do atual secretário foi debatida no âmbito da sabatina realizada de forma constitucional pelo Senado Federal.

Diante da gravidade dos fatos narrados pela Diretora Cristiane Jourdan, que chamam atenção sobre as possíveis movimentações realizadas para que seu mandato não seja cumprido, onde pressupõe a existência de interesses velados com fortes mobilizações, inclusive interferências políticas praticadas, é fundamental que o Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, compareça ao plenário desta Comissão, para falar sobre as denúncias aqui elencadas.

³ <https://politica.estadao.com.br/blogs/politica-e-saude/anvisa-centrao-interferencia-cristiane-joubran-diretora/>



Eis porque solicitamos aos nobres pares o apoio a este Requerimento.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2022

IVAN VALENTE

DEPUTADO FEDERAL - PSOL/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ivan Valente
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221219188700>



* C D 2 2 1 2 1 9 1 8 8 7 0 0 *